

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

UM ORÇAMENTO DO SNS PARA 2023 INSUFICIENTE, QUE NÃO PERMITE PAGAR REMUNERAÇÕES DIGNAS AOS MÉDICOS, E QUE PROMOVE O NEGÓCIO PRIVADO DE SAÚDE POIS OBRIGA MUITOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE A TRABALHAREM PARA OS GRUPOS PRIVADOS PARA COMPLETAREM AS BAIXAS REMUNERAÇÕES QUE AUFEREM NO SNS. O GOVERNO APOIA DESTA FORMA O NEGÓCIO PRIVADO DE SAÚDE E DEGRADA O SNS COM CONSEQUÊNCIAS DRAMÁTICAS PARA OS UTENTES E PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

António Costa e Pizarro não se cansam de afirmar publicamente que o orçamento do SNS para 2023 teve um grande aumento quando comparado com o gasto em 2022, e que é suficiente para responder às necessidades atuais do SNS. Afirma também que o crescimento do financiamento do SNS nunca foi tão elevado como entre 2016/2023, ou seja, com seus governos. Em vez de dar uma opinião que poderia ser interpretada como subjetiva, confrontemos as afirmações do 1º ministro e de Pizarro com os dados do orçamento do SNS elaborado e aprovado pelo governo.

O AUMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO SNS NO ORÇAMENTO APROVADO PELO GOVERNO PARA 2023 É APENAS SUPERIOR AO GASTO EM 2022 EM 2,3% QUANDO A PREVISÃO DA INFLAÇÃO ESTE ANO É MAIS DO DOBRO

Observem-se os dados constantes no quadro 1 que foram retirados de documentos oficiais do Ministério das Finanças

Quadro 1 – Gasto com despesas de Pessoal do SNS em 2022 e o previsto no Orçamento gastar em 2023

RUBRICAS	GASTO EM 2022 (Execução Provisória)	ORÇAMENTO INICIAL DE 2023	AUMENTO DO ORÇAMENTO INICIAL DE 2023 EM RELAÇÃO AO GASTO EM 2022
	Milhões €	Milhões €	
DESPESAS COM PESSOAL - SNS	5 328,4	5 450,7	2,3%
Remunerações certas e permanentes	3 475,0	3 583,1	3,1%
Abonos variáveis ou eventuais	867,9	867,2	-0,1%
Segurança Social	985,5	1 000,4	1,5%

FONTE: Síntese da Execução Orçamento de 2023- DGO - Ministério das Finanças

Segundo o Ministério das Finanças, a despesa com pessoal do SNS será apenas superior em 2,3% ao gasto na mesma rubrica em 2022, e a nível de remunerações o aumento previsto é somente de 3,1%. Aumentos muito inferiores à inflação prevista que se deve situar entre 5% e 6% (*tenha-se presente que a inflação anual, segundo o próprio INE, era, em junho de 2023, 7,78%*). **O valor constante no Orçamento do SNS para 2023 nem dá para compensar os profissionais de saúde da inflação prevista para 2023 e, muito menos, para financiar remunerações e carreiras dignas. O governo sabia isso e apesar disso aprovou este orçamento do SNS para 2023 manifestamente insuficiente que agora terá de alterar.** Esta é a verdade que o governo procura ocultar com declarações que não correspondem à verdade e com propostas de grelhas salariais confusas que determinam **ou aumentos remuneratórios irrisórios e muito desiguais** (*apenas uma subida de um nível remuneratório, ou seja,, aumentos entre 2,8% e 9,9% para os assistentes graduados e, entre 3,4% e 7,9%, para os assistentes; para além disso dados fornecidos pelo Ministério da Saúde revelam que existem uma multiplicidade de escalões remuneratórios de médicos no SNS – 27 escalões nos assistentes graduados sénior, 37 nos assistentes graduados e 21 na categoria de assistentes – no lugar dos 11 níveis da Tabela remuneratória oficial*) **ou aumento do horário de trabalho** (*no regime de dedicação plena, aplicado nas novas USF-tipo B e nos CRI dos hospitais e por adesão individual, o horário de trabalho aumenta imediatamente em 5 horas, mas o aumento da remuneração base é faseada: subida de 2 níveis remuneratórios em 2023, de um nível em 2024 e mais um nível em 2025; e um suplemento remuneratório correspondente a 20% da remuneração base*). O aumento do horário de trabalho associado a outras condições constantes da proposta do governo (*18 horas no serviço de urgência a que acresce mais 6 horas semanais até 350 horas/ano, obrigatoriedade de deslocação num raio de 30 Km para fazer urgências metropolitanas, etc.*) determinará, em muitos casos, diminuição da remuneração real e a abdicação de uma vida familiar a que os médicos têm também direito.

AS DECLARAÇÕES DE COSTA (irritado) AOS MEDIA, DE QUE O AUMENTO DO FINANCIAMENTO DO SNS DESDE 2016, OU SEJA, COM OS SEUS GOVERNOS, É MAIS ELEVADO DO QUE SE VERIFICOU NO PASSADO NÃO CORRESPONDEM À VERDADE

Para provar que a verdade é outra, observem-se os dados oficiais contantes do quadro seguinte.

Quadro 2 - Despesa corrente do SNS no período 2010/2023, em euros e em % do PIB, e a de 2023 apreços de 2010

ANOS	PIB a preços de mercado Milhões €	Despesa corrente SNS Milhões €	% que despesa corrente do SNS representa do PIB	GOVERNOS
2010	179 611	10 563	5,9%	PS-Sócrates
2011	176 096	9 647	5,5%	PSD/CDS/Troika (Passos Coelho/Portas)
2012	168 296	8 947	5,3%	
2013	170 492	8 968	5,3%	
2014	173 054	8 993	5,2%	
2015	179 713	9 131	5,1%	
2016	186 490	9 522	5,1%	PS/ António Costa
2017	195 947	9 849	5,0%	
2018	205 184	10 405	5,1%	
2019	214 375	10 927	5,1%	
2020	200 519	11 879	5,9%	
2021	214 741	13 225	6,2%	
2022	239 479	12 937	5,4%	
2023	251 073	13 624	5,4%	
2023_a-preços_2010		10 661	Aumento em relação a 2010 = +0,9%	

FONTE: CNAIP , Despesa Saude , Previsão do PIB em 2023: Procedimento dos défices excessivos 1º 2023 - INE

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

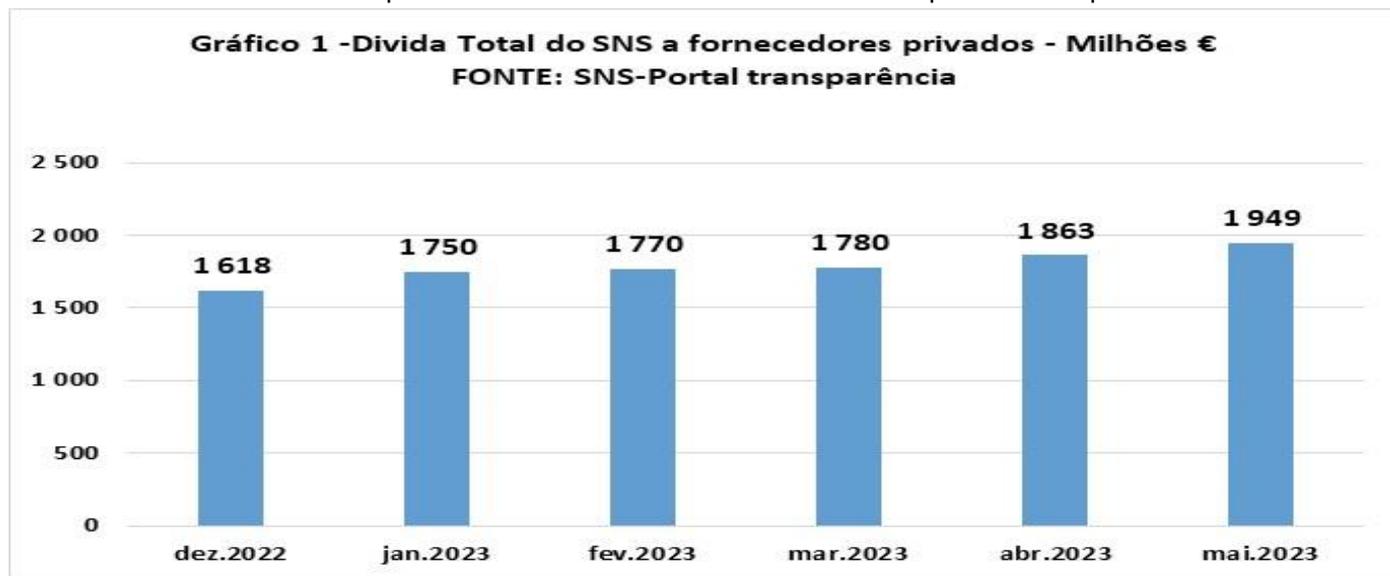
Em 4/7/2023, António Costa respondendo a perguntas de jornalistas sobre a greve dos médicos afirmou, irritado, que o financiamento do SNS tinha aumentado em cerca de 50% com o seu governo, e que nunca fora tão elevado como em 2023. Costa “esqueceu-se” de deduzir a inflação. Se o fizesse teria concluído que o aumento do financiamento, em termo reais, entre 2010 e 2023, é só de 0,9%, praticamente nulo. Para além disso, em percentagem da riqueza criada no país (PIB), 2023 não é o ano, em que a percentagem foi mais elevada como mostra o quadro 1. Em % de despesas efetiva do Estado, entre 2022 e 2023, diminuiu de 16,39% para 15,99%. A realidade é diferente do que Costa conta.

DOS 753,4 MILHÕES € PREVISTOS NO ORÇAMENTO DO SNS DE 2023 PARA INVESTIMENTO, APENAS FORAM UTILIZADOS, ATÉ MAIO DE 2023, 66,7 MILHÕES € (8,9%). A DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO SNS COM CONSEQUÊNCIAS DRAMÁTICAS PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PARA OS UTENTES

Como acontecia com Mário Centeno, que inscrevia em investimento uma verba elevada, para “inglês ver” e enganar a opinião pública que depois, através de cativações e atrasos sistemáticos na aprovação pelo Ministério da Finanças (são necessários despachos deste Ministério para utilizar as verbas constantes do orçamento), a maior parte não era utilizada. Mas era assim, que o “Ronaldo da redução do défice” como gostava de ser era conhecido em Bruxelas, atuava, embora agravando as condições de vida dos portugueses e causando o atraso do país. Medina segue o mesmo processo. Já se passou quase meio ano de 2023, e dos 753,4 milhões € inscritos no orçamento do SNS para investimento apenas foi utilizado 66,7 milhões € até mai.2023, o que é inaceitável. E isto apesar da degradação dos equipamentos e das instalações, em que os doentes são amontoados nos corredores dos hospitais por não haver camas, em que muitos equipamentos já ultrapassaram o limite de tempo de utilização, em que os profissionais não têm o mínimo de condições para trabalhar com eficiência, o que tem levado muitos a abandonar o SNS. E a Assembleia da República, que tem a obrigação fiscalizar a atividade do governo, pouco tem feito de concreto para alterar esta atuação habitual do governo e, nomeadamente, do ministro das Finanças, que está a destruir o SNS com consequências dramáticas.

O DISPARAR DA DIVIDA DO SNS A FORNECORES PRIVADOS MOSTRA QUE COSTA E PIZARRO NÃO FALAM VERDADE

O gráfico 1 confirma também que o orçamento do SNS para 2023 é insuficiente pois, mesmo o SNS funcionando da forma deficiente e sem meios que é conhecido a dívida total a fornecedores privados não parou de aumentar



Em dez.2022, a dívida total do SNS a fornecedores privados era já enorme – 1618 milhões € - mas nos primeiros 5 meses de não parou de aumentar atingindo, em maio de 2023, 1949 milhões €, ou seja, mais 331 milhões € (+20,5%) do que em dez.2022. É praticamente impossível funcionar com eficiência e prestando serviços de qualidade à população. Mas António Costa e Pizarro apesar do aumento enorme da dívida continuam a afirmar que o orçamento do SNS para 2023 responde às necessidades do país, e fazem de conta que tudo está bem. É o habitual “faz de conta do governo”.

COSTA E MEDINA ESTRANGULAM FINANCEIRAMENTE O SNS, CAUSANDO A SUA DEGRADAÇÃO, E DEPOIS GABAM-SE DA “POLITICA DE CONTAS CERTAS” E DOS ELEVADOS SALDOS ORÇAMENTAIS POSITIVOS QUE ASSIM CONSEGUEM OBTER

O SNS está a ser sufocado e estrangulado por falta de meios, de profissionais de saúde, de equipamentos, e de instalações (a construção do novo Hospital Lisboa Oriente e do Hospital do Seixal, há quantos anos se fala e se promete e quase nada foi executado, fazendo já lembrar a história rocambolesca do novo aeroporto de Lisboa, e o ministro prometeu um novo hospital do Oeste que se vai juntar à lista de promessas não cumpridas). Enquanto as carências do SNS atingiram um nível de gravidade que o governo já não consegue ocultar, a execução do Orçamento Estado de 2023 apresenta, pela primeira vez, um saldo positivo enorme. E isto numa altura em que famílias enfrentam uma grave crise e mesmo a pobreza e a fome. Os quadros 3 e 4 (dados do Ministério das Finanças), mostram os enormes aumentos de receitas.

Eugénio Rosa – economista – outros estudos estão disponíveis em patas no “site” www.eugeniorosa.com 2

Quadro 3- Receitas e Despesas das Administrações Públicas (Central, Local, Regional) até maio de 2022 e maio de 2023						
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	SALDO -Até maio		Receita - até maio		Despesa até maio	
	Milhões €		Milhões €		Milhões	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
TOTAL	-324,0	3 740,7	36 415,6	42 250,5	36 739,6	38 509,8

FONTE: Direção Geral do Orçamento - Ministério das Finanças

Só até maio de 2023, em 5 meses apenas, as Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*) acumularam, segundo a Direção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças, pela 1ª vez, um elevado saldo positivo de 3740,7 milhões €. Isso foi conseguido nomeadamente por meio de um enorme aumento das receitas dos impostos como revela o quadro seguinte, com dados também divulgados pela Direção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças.

Quadro 4- Receitas fiscais do Estado (apenas a Administração Central) de janeiro a maio de 2022 e 2023						
RÚBRICAS	CGE	Orçamento	Orçamento Inicial_2023-CGE_2022 AUMENTO PREVISTO PARA O ANO (todo) DE 2023 - Milhões €	EXECUÇÃO ACUMULADA ATÉ MAIO		AUMENTO OBTIDO APENAS EM 5 MESES DE 2023 EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DE 2022
	(execução)	Inicial		2022	2023	
	2022	2023		2022	2023	
	Milhões €	milhões €	(todo) DE 2023 - Milhões €	Milhões €	Milhões €	
RECEITA FISCAL	52 264,9	53 637,5	1 372,6	17 682,4	19 203,1	1 520,7
Impostos diretos	23 382,9	24 078,5	695,5	5 724,5	6 573,3	848,9
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (I	15 787,5	16 223,7	436,1	4 490,1	5 239,0	749,0
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IR	7 100,2	7 328,6	228,4	1 228,5	1 311,3	82,8
Outros	495,2	526,2	31,0	5,9	23,0	17,1
Impostos indiretos	28 882,0	29 559,0	677,0	11 957,9	12 629,7	671,8
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	21 289,4	21 805,0	515,6	8 675,9	9 514,4	838,5
Outros impostos (ISP, ISV, Tabaco IABA, Selo, IUC, e	7 592,6	7 754,0	161,4	3 282,0	3 115,3	-166,7

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública) não consolidados de fluxos intersetoriais

FONTE: Direção Geral do Orçamento - Ministério das Finanças

Se se comparar a receita fiscal obtida pelo Estado (*apenas Administração Central*) em 2022 com a prevista no Orçamento do Estado de 2023, o aumento previsto em 2023 é de 1372,6 milhões €. No entanto, em apenas nos 5 primeiros meses de 2023, o aumento de receita obtido quando comparado com idêntico período de 2022 – +1520,7 milhões € - é superior ao aumento das receitas fiscais previstas para todo o ano de 2023 (1372,6 Milhões €). Os maiores aumentos verificam-se em receitas de impostos que atingem fundamentalmente os trabalhadores e pensionistas (*no IRS, o aumento previsto durante todo o ano de 2023, quando comparado com 2022, era +436,1 milhões €, mas o Estado arrecadou até maio de 2023, quando comparado com de igual período de 2022, +749 milhões €; e no IVA: o aumento previsto no ano de 2023 era 515,6 milhões €, mas o aumento obtido até maio de 2023 foi +749 milhões €*). Há dinheiro para tudo, mesmo para financiar a guerra como revelou recentemente o ministro Cravinho, mas não há dinheiro para assegurar remunerações dignas e uma carreira digna aos profissionais de saúde e, nomeadamente, aos médicos garantindo um SNS que responda efetivamente em quantidade e qualidade ao que os portugueses precisam em serviços de saúde.

A SOLUÇÃO DO PSD/MONTENEGRO PARA O SNS, É ENTREGAR UMA PARTE DO SNS AO SETOR PRIVADO DESVIANDO O FINANCIAMENTO DO SNS PARA OS GRANDES GRUPOS PRIVADOS DE SAÚDE, E MANTER AS BAIXAS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA OS OBRIGAR A TRABALHAR PARA OS PRIVADOS QUE OBTÊM MÃO DE OBRA QUALIFICADA A BAIXOS CUSTOS

A “*solução milagrosa*” para as dificuldades que enfrenta o SNS de Montenegro/PSD, é a solução requeitada de toda a direita, ou seja, entregar uma parte dos cuidados de saúde da população aos grandes privados de saúde e, para os pagar, utilizar as verbas do SNS que tem como fonte o Orçamento do Estado, ou seja, transformar a saúde num negócio. Montenegro está certamente também interessado em que se mantenham as baixas remunerações pagas aos médicos para assim os obrigar a trabalhar para o setor privado a fim de completarem as baixas remunerações que auferem no SNS. É o meio visando fornecer trabalhadores altamente qualificados a baixos custos promovendo assim o negócio privado da saúde em Portugal à custa do SNS e dos subsistemas públicos de saúde, pois a degradação do SNS é fundamental para o crescimento dos grupos privados de saúde. Montenegro, por ignorância ou deliberadamente, fala da grande capacidade do setor privado, mas esquece-se que a esmagadora maioria dos médicos que trabalham nos grandes grupos privados de saúde (LUZ, CUF, LUSIADAS, TROFA e GPHA) são médicos do SNS e a maioria faz isso fundamentalmente para completar as baixas remunerações que recebem no SNS. Durante os 5 últimos anos que estive no conselho diretivo da ADSE visitei os grandes hospitais privados, e a primeira questão que colocava, era saber qual o número de médicos permanentes que pertenciam ao quadro de cada um deles e a % que não pertencia. E a conclusão a que se cheguei é que, em média, entre 80% e 90% eram médicos do SNS pagos por cada ato que realizavam (*uma percentagem do preço pago pelo utente*) muitas vezes com honorários esmagados. **O setor privado da saúde em Portugal tem prosperado e desenvolvido também desta forma a custa do SNS. O governo ao pretender manter as baixas remunerações dos profissionais de saúde no SNS está, no fundo, a ajudar os grandes grupos privados de saúde a prosperarem no nosso país à custa da população que paga a saúde** Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 6/7/2023